

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

*Jose Horta Nunes**

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: EDUC, 1991.

O livro de Brandão surge em um momento em que a Análise do Discurso vem ganhando de uma forma ou de outra contornos de uma disciplina, estabelecendo-se no interior das instituições educacionais brasileiras. Aparece, assim, no contexto instável em que se demarcam os domínios de uma forma de saber nos meios acadêmicos, em que se traçam alianças e filiações, em que se instauram novas problemáticas que interferem nos domínios de saber já estabelecidos. Um dos méritos desta *Introdução*, a meu ver, consiste em apresentar os conceitos e as noções básicas que envolvem a Análise do Discurso de linha francesa (AD), mostrando que, embora suas fronteiras não sejam fixas, ela possui um espaço de questões e um quadro teórico de referência determinados.

Diferentemente do que ocorre em outros livros de introdução à AD, no texto de Brandão não se encontram muitos exemplos de análise e nem discussões metodológicas que apontem as diversas orientações de trabalho existentes. A autora se detém na apresentação das noções e dos conceitos básicos da AD, através dos seus principais autores. Dentro desta ótica, trata-se de um trabalho ao mesmo tempo conciso e abrangente que proporciona, tanto ao iniciante como a qualquer leitor interessado, um primeiro acesso aos princípios teóricos da AD e um referencial para se conhecer a procedência de seus conceitos.

A obra se estrutura em três partes, nas quais são enfocadas respectivamente a noção de *Análise do Discurso*, a de *sujeito* e a de *interdiscursividade*. Há ainda, propostos como

apêndice, um glossário contendo definições de conceitos fundamentais e também uma pequena bibliografia básica comentada.

Na introdução do livro, Brandão faz uma alusão que indica um posicionamento quanto ao lugar da AD: citando Bakhtin (Voloshinov), ao lado de Saussure, como um autor que considera a língua como um "fato social", ela vê nele a antecipação das orientações da "lingüística moderna". De um lado, teríamos então a dicotomia língua/fala de Saussure, a língua como sistema sincrônico abstrato, o signo como "sinal" e a exclusão da enunciação do campo da lingüística; de outro, a noção bakhtiniana de linguagem como "interação social", o "signo dialético", "ideológico" e o estudo do "enunciado" e da "situação de enunciação", com a articulação do lingüístico e do social. É neste "ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos" que a autora assinala o lugar do discurso. E a partir daí ela caracteriza a AD como uma "nova tendência lingüística" que irrompe na década de sessenta.

Esse ponto de vista não deixa totalmente clara a relação da AD com as pesquisas lingüísticas. Tudo se passa, por vezes, como se desde Bakhtin até lingüistas como Jakobson, Benveniste, Ducrot e, finalmente, analistas do discurso tivéssemos a constituição paralela de uma lingüística, independentemente e fora daquela inaugurada por Saussure. Não me parece adequada esta perspectiva, e aqui vem a minha posição em relação à AD: se o funcionamento do discurso não é integralmente lingüístico, mas articulado ao social, por que caracterizar a AD apenas como uma lingüística? Saliento a observação de Pêcheux de que a AD não visa abrir a via mítica de uma nova tendência para a Lingüística, mas sim contribuir para o desenvolvimento da contradição que marca as tendências lingüísticas, a saber, a "contradição entre *sistema lingüístico* (a 'língua') e *determinações não-sistêmicas que, à margem do sistema, se*

* Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP.

opõem a ele e intervêm nele". Esta visão de Pêcheux se mostra no próprio livro de Brandão (p. 33), em contraste com a apresentação introdutória da autora.

Na primeira parte, depois de traçar um pequeno esboço histórico e de indicar a perspectiva da linha francesa, caracterizada por um quadro teórico que alia o lingüístico ao sócio-histórico, Brandão aborda dois conceitos nucleares para a AD: o de ideologia e o de discurso. Para tratar do primeiro, ela mobiliza três autores: em Marx, através da leitura de Chauí, a ideologia estaria ligada à categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social e corresponderia especificamente à ideologia de classe dominante; em Althusser, teríamos o uso do conceito de "ideologia dominante" e a distinção entre "ideologias particulares" e "ideologia em geral", esta última sendo "a abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia"; em Ricoeur, a ideologia seria considerada de um ponto de vista funcional em três instâncias: a "função geral da ideologia", a "função de dominação" e a "função de deformação". Quanto ao conceito de discurso, a autora enfoca primeiramente Foucault, para quem o discurso seria uma "dispersão" de "objetos", "tipos de enunciação", "conceitos", "temas e teorias", cujas regras de formação determinam uma "formação discursiva". Embora Foucault não tivesse uma preocupação com o discurso enquanto problema lingüístico, salienta Brandão, suas idéias são fecundas para a AD. Em seguida, focaliza-se o trabalho de Pêcheux, que é caracterizado por uma articulação entre a concepção de discurso de Foucault e uma teoria materialista do discurso, englobando três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, a Lingüística e a teoria do discurso, atravessadas pela referência a uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Ressalto aqui a ausência do conceito de discurso para Pêcheux (1969), como "efeito de sentidos" entre locutores,

fundamental na obra deste autor, que, independentemente do uso que faz do conceito de formação discursiva de Foucault, apresenta uma noção específica de discurso. Brandão fala ainda sobre o conceito de "condições de produção do discurso" em Courtine, em oposição a uma concepção psicologizante das determinações históricas do discurso, e por fim trata da relação entre os conceitos de "formação ideológica" e "formação discursiva", passando por Pêcheux, Haroche, Foucault e Courtine.

Na segunda parte, é discutida a questão da subjetividade na linguagem, apontando-se um percurso, com apoio em Orlandi, que culmina num estado em que as concepções de sujeito não se centram nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. Refazendo esse percurso, a autora analisa a noção de subjetividade em Benveniste, para quem o "ego" seria o centro da enunciação; depois fala do "sujeito descentrado", destacando outras abordagens para as quais a noção de história seria fundamental, com a consideração do "Outro" como constitutivo do sujeito. Entre essas abordagens estão a de Authier-Revuz, com seu estudo das formas de heterogeneidade discursiva, em que há a articulação por um lado da noção de dialogia de Bakhtin e por outro de uma teoria psicanalítica; e também a teoria polifônica de Ducrot, que traz conceitos de valor operacional para a AD como os de locutor e enunciador, com a restrição de que nesse autor estaria excluída a noção de história. Finalmente, aponta a proposta de Pêcheux de uma "teoria não-subjetivista da enunciação", com o estabelecimento de uma relação entre inconsciente e ideologia. O sujeito aí seria constituído paradoxalmente entre uma subjetividade livre e uma subjetividade assujeitada.

A terceira parte enfoca a noção de interdiscursividade. Brandão aponta a crítica de Courtine e Marandin, que questionam abordagens que escamoteiam o caráter heterogêneo do discurso: propõem um trabalho

que faça aflorar as contradições, o diferente que subjaz a todo discurso. Ressalta em seguida a posição de Maingueneau, que coloca o primado do interdiscurso sobre o discurso, fazendo a distinção entre "universo discursivo", "campo discursivo" e "espaço discursivo". Nos últimos ítems, a autora parte da noção de interdiscursividade para discutir a questão da memória discursiva. Depois de mencionar a ligação que Maingueneau faz entre a interdiscursividade e a "gênese discursiva", onde se mostra que não existe discurso autofundado, de origem absoluta, ela discorre sobre a configuração de "domínios do campo enunciativo". Cita Foucault, indicando as formas de coexistência de diferentes formações discursivas, que delinham: um "campo de presença", um "campo de concomitância" e um "domínio de memória". Expõe ainda, numa perspectiva próxima à de Foucault, mas contra qualquer interpretação cronologista, a distinção de Courtine entre: um "domínio de memória", um "domínio de atualidade" e um "domínio de antecipação". Por fim, fala do "efeito de memória", que segundo Courtine seria o produto da relação entre o nível interdiscursivo (do "enunciado") e o nível intradiscursivo (da "formulação"). Em relação a esta parte, gostaria de mencionar estudos posteriores em AD, sobretudo os últimos trabalhos de Pêcheux, que enfatizam a questão da "leitura de arquivo", onde estão envolvidas as noções de "trabalho de leitura", "descrição" e "interpretação", assim como a própria noção de memória discursiva.

Como se vê, o livro de Brandão abrange muitos autores ao redor de questões básicas para a AD. Os conceitos são expostos, ora como aproximações, vizinhanças, filiações, ora mais isoladamente, com disjunções, apagamentos, de modo que é possível observar a constituição tanto de um espaço de questões determinado para a AD como de posicionamentos divergentes dentro desse espaço. Eu diria que esta *Introdução* se afirma pelo seu aspecto informativo, indicativo e heterogêneo, mais do que por uma coerência,

homogeneidade ou articulação das referências teóricas delineadas.

METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

*Amélia Domingues de Castro**

GIL, Antonio Carlos. *Metodologia do Ensino Superior*. São Paulo: Ed. Atlas, S.A., 1990.

O peso de um passado que considerava o *saber* como única credencial do professor universitário dificulta o tratamento pedagógico do ensino superior. Em época na qual o saber evolui tão rapidamente, será necessário também pensarmos na permanente capacidade de atualização do docente, que se torna um perpétuo estudante. E para incentivar no aluno essa mesma atitude de busca constante, nada melhor que uma incursão pela seara pedagógica.

O livro de Antonio Carlos Gil empreende essa tarefa e para evitar a entrada direta em matéria didático-pedagógica abre suas páginas com capítulos que examinam questões que interessam ao professor na sociedade brasileira: requisitos para o exercício da profissão e alguns pontos de vista sobre o papel do professor, em geral. Poder-se-ia esperar, diante da copiosa produção atual sobre o tema-título do 2º capítulo ("Compromisso social do professor") que este fosse objeto de discussão mais ampla e atualizada, o que não acontece.

Do terceiro ao décimo primeiro capítulos o Autor dedica-se à exposição dos temas didáticos tradicionais: planejamento, objetivos, conteúdo, estratégias de ensino -aprendizagem (com capítulos especiais sobre aula expositiva, discussão e simulações), recursos áudio-visuais e avaliação. Nota-se que o autor parece esquecer que trata de alunos-adultos ou jovens

* Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP.